



PROCESSO	1000118594/2020
PROTOCOLO	1191730/2020
INTERESSADO	I. J. S.
ASSUNTO	EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO
<b>DELIBERAÇÃO Nº 156/2021 - CEP-CAU/RS</b>	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente por meio de videoconferência, no dia 19 de outubro de 2021, no uso das competências que lhe confere o inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando que o Sr. I. J. S., pessoa física não habilitada ao exercício da arquitetura e urbanismo e inscrita no CPF nº 654.080.630-20, exerceu ilegalmente atividades fiscalizadas pelo CAU, de PROJETO E EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO (ARQUITETURA, ESTRUTURA, FUNDAÇÕES, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS), referente à obra em execução situada na Rua Osvino Scherer, nº 693, CEP 93180-000, Portão/RS;

Considerando que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R\$ 1.142,82 (hum mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, devidamente notificada, a parte autuada não efetivou a regularização da situação averiguada e que foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;

**DELIBEROU:**

1. Por aprovar, unanimemente, o voto da relatora, Conselheira Débora Francelle Rodrigues da Silva, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000118594/2020 e, consequentemente, da multa imposta por meio deste, em razão de que o Sr. I. J. S., pessoa física inscrita no CPF nº 654.080.630-20, incorreu em infração ao art. 35, inciso VII, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por ter exercido ilegalmente atividades sujeitas à fiscalização do CAU, sem ter habilitação para tal;
2. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto no art. 20, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;
3. Por informar ao interessado que a multa resultante do auto de infração pode ser quitada antes do trânsito em julgado, mediante solicitação do boleto; e
4. Por informar à Prefeitura Municipal de Portão, a fim de buscar a regularização perante este ente público.



Porto Alegre - RS, 19 de outubro de 2021.

Acompanhada dos votos das conselheiras Marília Pereira de Ardivino Barbosa, Débora Francele Rodrigues da Silva e Patrícia Lopes Silva, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

**Ingrid Louise de Souza Dahm**

Conselheira da Comissão de Exercício Profissional - CEP-CAU/RS